

KÊNIA SAMER DA COSTA LEMES – RA: 1092791

Graduação em História

**MST E MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NA
AMÉRICA: DIÁLOGOS E DIFERENÇAS**

Orientadora: Professora Esp. Patrícia Kenf Gomes de Walle

Centro Universitário Claretiano

RONDONÓPOLIS

2014

MST E MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NA AMÉRICA: DIÁLOGOS E DIFERENÇAS

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver um estudo acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimentos de Luta pela Terra na América: Diálogos e Diferenças. O objetivo é analisar a história do MST e dos movimentos sociais. Identificar a relevância da Via Campesina nesses movimentos, bem como buscar entender a influência do MST na América Latina. Tendo como hipóteses que o MST não sofre tanta influência internacional, como a qual ele exerce em outros países. Em termos metodológicos, para tratar do objeto de estudo, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica em obras que enfocam o MST, assim como se analisou vários materiais produzidos por suas lideranças. Este artigo trata, desde o surgimento do MST até sua internacionalização. Conclui-se que tanto o MST, os movimentos sociais e a Via Campesina, no início estavam em busca de total igualdade social na divisão das terras, porém com todas as dificuldades essa luta começou a ficar desproporcional, na questão do poder, tanto aquisitivo como os da Lei. Dentro da hipótese estabelecida, entende-se que o MST influencia e se deixa influenciar quando o assunto está relacionado aos seus objetivos.

Palavras-chave: MST; América Latina; Via Campesina.

Introdução

O que vem a ser este estudo, muito se pergunta, pois o tema para alguns não é tão interessante, contudo é valido lembra que o que não é visto não é lembrando, pouco se estuda e se diz sobre esse tema, por isso buscou-se desenvolver um estudo acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimentos de Luta pela Terra na América: Diálogos e Diferenças.

O objetivo é analisar a história do MST e dos movimentos sociais. Identificar a relevância da Via Campesina nesses movimentos, bem como buscar entender a influência do MST na América Latina. Tendo como hipóteses que o MST não sofre tanta influência internacional, como a qual ele exerce em outros países.

Metodologia

Em termos metodológicos, para tratar do objeto de estudo, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica em obras que enfocam o MST, assim como se analisou vários materiais produzidos por suas lideranças. Este estudo retrata desde o surgimento do MST até sua internacionalização.

SURGIMENTO DO MST NO BRASIL

Como falar de algo complexo, de um surgimento sem períodos exatos. Buscar-se-á levar em conta pontos mais importantes e dinâmicos nacional e internacionalmente.

MST representa um difícil desafio de pesquisa dado à vigorosa história social que tal organização/movimento representa, além das variações políticas regionais que se acentuam constantemente. O problema aumenta quando se constata que não existe uma periodização correta. Tampouco, a produção de uma periodização rígida provavelmente não terá muito sucesso. (RUBO, 2013, p. 24).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra faz parte da concentração fundiária que marcou o Brasil desde 1500. Aconteceram diversas resistências como os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de Trombas e Formoso, entre muitas outras.

Os anos se passaram e durante toda a década de 1920 a política de valorização do café descontentou parte dos cafeicultores paulistas, que reclamavam do favorecimento dado aos grandes produtores e da corrupção, mas essa década foi marcada por uma grande sequencia de manifestações de operários, artistas e militares.

Em 1922, ex anarquistas, estimulados com as notícias do sucesso da Revolução Russa, fundaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Com os primeiros anos da República, o governo Getúlio Vargas não teve a menor consideração com os trabalhadores rurais; o que sobrou para o campo foram alguns projetos de colonização em áreas de fronteiras. A estrutura fundiária do país continuou inalterada.

[...] a necessidade de expansão do mercado interno para a indústria deveria ter colocado os industriais a favor da reforma agrária contra os grandes proprietários de terra. Mas a burguesia industrial brasileira nunca foi politicamente participante e vigoroso e nunca teve uma consciência de classe que a tornasse protagonista decisiva dos destinos do país. (MORISSAWA, 2001. p. 123-146).

Já em 1961, João Goulart assumiu o cargo com a proposta de mobilizar as massas trabalhadoras em torno das reformas de base, que alterariam as relações econômicas e sociais no país. Vivia-se um clima de agitação referente à Reforma Agrária.

Embora a resistência pela terra seja uma questão antiga na história brasileira, os movimentos de reivindicação por direitos ao acesso à terra e reconhecimento como trabalhador do campo são contemporâneos. (BARROS, 2007).

Em 1964 com o golpe militar, o presidente marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, chamado de Estatuto da Terra, porém jamais foi implantado por ter sido configurado como estratégia para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Mesmo com a ditadura, a luta pela terra continuava crescendo, nesse momento iniciou-se a perseguição mais representativa aos trabalhadores rurais, com isso os trabalhadores começaram a se organizar para as primeiras ocupações de terra com influências da ala progressista da Igreja Católica, que tinha resistência à ditadura.

No final de 1970 iniciou uma fase de crise industrial e, como consequência, houve um aumento no fenômeno de desemprego nas cidades. Não havia trabalho para o trabalhador rural que migrava para a cidade. Com todos esses fatos surgiu a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), inspirada na Teologia da Libertação, já em 1975 com ênfase na vocação ecumênica e contribuindo para as organizações das lutas, o MST surge do trabalho da pastoral das igrejas católicas e luteranas.

[...] os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. (GOHN, 2011)

Na luta pela abertura política, pelo fim da ditadura e com as mobilizações operárias nas cidades em janeiro de 1984 realizou-se o I Encontro Nacional dos Sem Terra, no município de Cascavel no Estado do Paraná. Nesta reunião teve 80 trabalhadores rurais que organizavam ocupações de terra em alguns estados como: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo. (Conforme site oficial do MST do Brasil).

Após esse encontro ficou estabelecidos que a ocupação das terras fosse fundamental na luta pela democratização da terra. Com isso foram definidos alguns objetivos a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.

Ao mesmo tempo em que o estado atuava na manutenção da estrutura fundiária, intervém no apoio aos grandes projetos de produção agropecuária visando à exportação, bem como ao incremento de projetos de colonização no centro-oeste e norte do país. (CENTENARO, 2012).

No ano de 1985, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) organizou o I Congresso Nacional, na cidade de Curitiba, tendo como palavras de ordem: “Ocupação é a única solução”. Nesta época o presidente José Sarney assentou algumas famílias através de interesses latifundiários, e aprovou o Plano Nacional de reforma agrária, que ficou apenas no papel.

Desde a década 60 [...] Mobilizando interesses locais, essas reformas agrárias são parte de um projeto político de geração de apoio social e destruição das bases de poder de setores latifundiários dominantes. Igualmente, mobilizam ideologias de progresso social em que a reforma agrária é considerada precondição para o avanço do capitalismo ou socialismo. Moralmente, sustentam-se na ideia de que a terra é um bem social e a grande propriedade, injusta. (SORJ, 1998).

Desde o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) há quase trinta anos o movimento vem conseguindo o seu espaço tanto no Brasil quanto em outros países. Esse movimento vai conseguir atingir seu auge na década de noventa juntamente com alguns fatores políticos que estavam acontecendo no Brasil e no mundo, no Brasil a disputa eleitoral para a presidência entre Lula e Collor e no âmbito internacional a queda do muro de Berlim na Alemanha.

No final dos anos 1980 e durante a década seguinte, no âmbito internacional, com a queda do Muro de Berlim e a derrocada do sistema soviético, o que

levou a uma crise do pensamento marxista e do socialismo e, no nível nacional, a derrota de Lula na eleição para presidente da República (1989), o Marta Inez Medeiros Marques (2006) estabelece três processo subsequente de implantação do neoliberalismo, a crescente mudança da identidade política do PT, o refluxo dos movimentos sociais, a proliferação das ONGs, etc. (FEIX, 2010, p. 03).

A trajetória do MST pode ser dividida por fases: entre 1980 ao início de 1990 com a reconstrução democrática, a segunda fase entre 1995 e 1998 ampliando a projeção internacional, É dada ênfase ao trabalho voluntário e à solidariedade, esvaziando o significado político da participação social, que passa a ser concebida como uma questão de moral individual (DAGNINO, 2004, apud MARQUES, 2006), já a terceira fase e contínua é a que corresponde a um momento de inflexão em relação ao período anterior, porém sem descontinuidade.

Bernardo Fernandes (2000) considera que o MST teve um período de gestação, de 1979 a 1985, onde aproveitou da fase que o regime militar estava se deteriorando. Sua liderança aproveitou para estudar as lutas anteriores e elaborar novas teorias e práticas de ação que poderiam ser modificadas no decorrer das lutas, dos desafios que fossem surgindo. Eles tinham noção que os desafios seriam enormes, devido os compromissos entre o governo e os latifundiários, em face também do poder destes e do controle da política de apropriação das terras devolutas no Centro-Oeste, na Amazônia e até no Sudeste - o Pontal do Paranapanema -, ante as disponibilidades creditícias e à orientação político-econômica neocapitalista, implantada pelos militares e continuada, e até exacerbada, na Nova República.

Em 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, havia a expectativa de novas mudanças no âmbito fundiário, pois ele sempre foi defensor da causa no modelo agrícola e no modelo econômico, contudo isso não ocorreu. O modelo agrário-exportador acentuou-se, e dividiu o território em “sesmarias” de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária extensiva. A aquisição de terras por estrangeiros também atingiu níveis nunca antes registrados.

Abaixo segue um quadro cronológico que pauta na visão de Mitsue Morissawa (2001) apud Rubbo (2013) os congressos nacionais onde as tomadas de decisões são em instância máxima e os pontos mais importantes para a periodização do MST.

Tabela 1 - Cronologia do MST com a Palavra de Ordem, 1979-2007.

Ano	Origem	Palavras de Ordem
1979	Campanha da Igreja Católica	“Terra para quem nela trabalha”

	pela Reforma Agrária	
1984	1º Encontro Nacional	“Terra não se ganha, terra se conquista”.
1985	1º Congresso Nacional	“Sem reforma agrária não há democracia” “Ocupação é a única solução”
1990	2º Congresso Nacional	“Ocupar, resistir, produzir”
1995	3º Congresso Nacional	“Reforma agrária: uma luta de todos”
2000	4º Congresso Nacional	“Por um Brasil sem latifúndio”
2007	5º Congresso Nacional	“Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”

Fonte: FERNANDES, 2010, p. 185 apud RUBBO, 2013.

Através desses congressos, que foi ampliando cada vez mais a quantidade de participante e firmando cada vez a luta do movimento.

O MST se caracteriza por lutas de massa e uma grande pressão social e política. Sem ser um partido político, assume uma dimensão sociopolítica de peso. Se a finalidade básica do Movimento é a obtenção de terras que se justifica em respeito a um postulado de igualdade perante o acesso a terra -, qualquer pessoa tem o direito de suprir suas necessidades de maneira autônoma – essa reivindicação inscreve-se num projeto de sociedade ampla, igualitária, solidária, democrática ecológica, que o MST procura construir na sua prática cotidiana, dentro dos assentamentos (implantações coletivas do MST). (BARROS, 2007).

Andrade (2002) confirma as palavras de Barros, salientando que o Movimento tem uma visão de totalidade da vida e da sociedade, não dividindo o social, o político e o econômico em compartimentos estanques, mas encarando-os como uma totalidade, de forma integrada. Esta visão do mundo e da vida faz com que haja maior fraternidade entre os companheiros, dentro de cada grupo, e em escala maior, entre os vários grupos.

A composição social do MST inclui desempregados urbanos e trabalhadores informais, bem como camponeses expulsos de suas terras. Com efeito, a política neoliberal bloqueia as possibilidades de acomodar os ex - camponeses e assalariados rurais nas cidades. Impossibilitados de encontrar um emprego, mesmo que no setor informal, estes se juntam ao MST. O mesmo acontece com os desempregados urbanos, ao verem negadas as oportunidades de se reintegrar à empresa ou de serem *requalificados* e transferidos a outra ocupação. Nesse sentido, as consequências das políticas neoliberais, no campo e nas cidades acabam fornecendo uma base social para a expansão do MST (COLETTI, 2002), ampliando, assim, a luta e, conseqüentemente, a conquista e construção de novos territórios, os assentamentos rurais de reforma agrária. (BARROS, 2007).

O MST tem consciência da grande diversidade regional no Brasil, sendo no plano educacional, no âmbito de hábitos e aspirações, assim como da formação da sociedade, o movimento procura adaptar sua ação a cada área do País; apesar de quase sempre ser combatida pelos latifundiários das áreas onde tentam iniciar as suas atividades, o que tem provocado conflitos armados em que vários dos seus líderes,

como dos líderes camponeses em geral, têm sido assassinados. Os assassinatos não atingem só os camponeses, mas também os militantes que os apoiam, como padres e advogados. (Fernandes, 2000 apud Andrade, 2002).

MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme Feix (2001), os movimentos sociais surgiram na década de 1970 e mesmo com o passar dos anos eles não deixaram seus objetivos sociais e políticos, formas de organização, estratégias de luta, formas de relacionamento com o Estado dentre outros, e são diferentes entre si, cada um com suas características comuns e que são significativas no âmbito cultural, social e político.

Sader (1988) apresenta as concepções em três distintos discursos, que o autor chamou de linguagens: a linguagem da Igreja (teologia da libertação), cujo foco principal é a “conscientização”; a linguagem da esquerda marxista (o marxismo), dedicada à “reflexão crítica”; e a linguagem sindical (que inclui também o neanarquismo), cujo discurso se volta para a “socialização do saber”.

Maria da Glória Gohn (2008) tem o seguinte conceito sobre movimentos sociais:

[...] movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio de solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Esses movimentos se diferem tanto pelas articulações internas, quanto aos outros movimentos, a sociedade organizada, os partidos políticos e o Estado. (Feix, 2001). Os objetivos desses movimentos se delimitam as lutas em torno das necessidades específicas do grupo, podendo haver objetivos prioritários de caráter mais político e ideológico.

A linha político-ideológico também diferencia os movimentos quanto a sua relação com o Estado, pois eles desenvolvem uma postura mais oposicionista ou mais situacionista, bem como mais autônoma ou mais atrelada aos órgãos públicos. Além disso, há diferenças profundas entre os movimentos sociais populares do campo e urbanos. (FEIX, 2001).

Desse modo o MST pode ser visto como um movimento que organiza a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. Possui e dá importância à sua estrutura organizativa democrática, de base, efetivamente de massa. Estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e que tem um coletivo nacional representante das diferentes regiões onde o movimento atua. (OLIVEIRA, 2001).

A antropóloga Ruth Cardoso (1994) diz que:

[...] os movimentos sociais, de certa maneira, surgiram como algo novo, capaz de substituir os espaços vazios deixados por partidos, associações, entre outros. Para ela, o vazio desses espaços de representação é consequência do bloqueio imposto pela ditadura militar. E ainda com o aparecimento desses novos atores, surgia a ideia de autonomia e com ela haveria mudança na cultura política tradicional (clientelismo). (CARDOSO, 1994).

De acordo com Touraine (1981); reconhece-se um movimento social porque ele fala ao mesmo tempo em nome do passado e em nome do futuro (...). Infelizmente quando se fala de movimentos sociais se tem como característica principal a violência, principalmente aqui no Brasil. Essa violência vem desde o descobrimento quando os indígenas sofreram a violência da colonização, depois os negros na luta pela escravidão, essa luta cresceu tanto que desta contradição do capitalismo surgiram os quilombos, terra da liberdade, do trabalho coletivo, do trabalho que contrariava as regras do jogo do capitalismo colonial e que por isso, era alvo de destruição da elite. E assim, os camponeses foram vítimas de ataques e destruição a quem ia contra a lei do capitalismo e a favor do trabalho comunitário, contra a ordem vigente e a favor da liberdade. (Apud Feliciano, 2006).

Para Gohn (2000),

É necessário entender a mídia como uma das principais estratégias de construção de ações coletivas dos movimentos sociais. Entrando no mundo virtual, as lutas sociais se potencializam e passam a atuar em redes que ultrapassam as fronteiras locais e nacionais. A autora adverte que a mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros ideológicos, sob os quais os interesses políticos econômicos formatam as considerações e as análises que configuram o processo em que a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento.

Os movimentos sociais procuram mudar o controle social do Estado exercido pela sociedade, dificultando e atrapalhando a organização dos trabalhadores. As formas diferentes de organização e de fortalecimento da sociedade civil geram novas perspectivas de democratização nas instituições e qualificação de setores.

A REFORMA AGRÁRIA

Com a luta pela terra, pela desapropriação e pela distribuição de grandes propriedades fundiárias percorre a história.

A primeira tentativa de reforma agrária que se sabe, foi em Roma surgiu há mais ou menos 2.800 anos, a plebe composta pelos pequenos agricultores, artesãos e comerciantes, não tinham vez no poder, por isso eles foram à luta até conseguir alguns direitos políticos e ser admitida no exército, pois os soldados tinham vários privilégios sendo assim uma forma de ascensão social. Os camponeses se juntaram às dezenas de milhares de escravos, que tinham grandes motivos para lutar contra as injustiças, e começaram a ocupar os latifundiários para dividir as terras entre si. Com isso surge um representante no senado chamado Tibério Graco, que propôs limitar o tamanho das propriedades de terra e confiscar todas as áreas que excedessem esse limite para distribuí-las entre as famílias que precisavam, era para ser uma espécie de reforma agrária, porém não deu em nada, pois Tibério foi assassinado.

Em 1964, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, em quase quinhentos anos que foi denominada Estatuto da Terra. Junto com essa lei foi criado o IBRA (instituto Brasileiro de Reforma Agrária), esse órgão era responsável por todas as questões referentes à terra no Brasil. O estatuto da Terra jamais foi implantado. Era um “faz-de-conta” para resolver pelo menos momentaneamente os problemas no campo.

Nos anos de 1970, eclodiram diversas lutas camponesas no Norte e no Centro-Oeste, determinado a controlar a questão agrária, o governo criou o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins) e o GEBAM (Grupo Executivo do Baixo Amazonas). Esses órgãos usavam suas sedes como escritórios de administração de conflitos e como prisão de camponeses revoltados. Na colonização espontânea, os trabalhadores rurais derrubavam a mata e passavam a cultivá-la. Porém logo apareciam pessoas dizendo serem donos da terra com títulos legais ou forjados, expulsavam os ocupantes, os tidos como “donos da terra”, formavam verdadeiros exércitos particulares e atacavam os trabalhadores, sem qualquer interferência dos órgãos competentes do governo com esse contexto surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, uma comunidade da igreja católica, no início a CPT estava voltada às lutas dos posseiros do Centro-Oeste e Norte. Com a eclosão de conflito pelas terras em todo o país, ela se

tornou uma instituição de alcance nacional, essa atuação nas lutas do Sul do país, que deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. A CPT foi importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares, e permanece sendo espaço central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra. (MORISSAWA, 2001).

O debate sobre reforma agrária em todo este período se caracterizou pelo seu caráter “teórico-dedutivo”. A maioria dos estudos rurais se concentrou em estudos de caso localizados, quase não existindo estudos e debates em profundidade sobre o conjunto da estrutura rural, a ocupação efetiva do solo e as implicações e viabilidade econômica e ecológica de um aproveitamento integral das chamadas terras improdutivas. O reconhecimento de que a grande propriedade em geral mudou que a pecuária brasileira se modernizou foi relativizada em nome da continuidade do uso de velhos métodos coronelistas e da violência para “denunciar” a ideologia de “produtores rurais modernos” usados pela União Democrática Ruralista (UDR), desconhecendo assim a importância do poder produtivo e capacidade de comunicação e pressão nacional deste setor da classe dominante. (Sorj, 1998).

Com a modernização da produção agrícola fez com que os proprietários rurais capitalizados convergissem para novas áreas de interesse corporativo. As políticas públicas de crédito rural, subsídios, preço mínimo e tarifas aduaneiras passaram a ser o elo principal entre os diferentes segmentos de produtores rurais.

Percebe-se que a base social da reforma agrária foi destruída, por ter como base o campesinato e o sindicato rural, que estavam na luta pela desapropriação da terra no lugar de trabalho. No Brasil esta situação não existe mais o que se reflete dramaticamente nas características daqueles efetivamente engajados na luta pela terra.

Com as mudanças na Constituição de 1988, foi aprovada, quatro anos depois, durante o governo Itamar Franco, a chamada Lei Agrária (Lei 8.629), pela qual as propriedades rurais no Brasil foram reclassificadas da seguinte maneira:

- **Minifúndio:** dimensão menor que o módulo rural fixado para o município;
- **Pequena propriedade:** dimensão entre 1 e 4 módulos rurais;
- **Médias propriedades:** dimensão entre 5 e 15 módulos rurais;
- **Grandes propriedades:** dimensão superior a 15 módulos rurais.

A Lei Agrária representou pelo menos a regulamentação da questão posta Constituição. Ela e o Estatuto da Terra foram criados para controlar pelo menos

momentaneamente, as lutas pela reforma agrária. Nestas lutas que se gestou, nasceu e ganhou inegável representatividade entre os trabalhadores rurais o MST.

Com tais mudanças aceleradas na economia agrária, de forma desigual em várias regiões do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960 passam ocorrer com maior frequência constantes expulsões e despejos dos diversos sujeitos sociais do campo disseminando, assim, tensões sociais em centenas de lugares no Brasil e envolvendo diversos mediadores políticos. O encaminhamento de uma suposta reforma agrária pela ditadura civil-militar estava orientado como nos regimes predecessores para a modernização econômica do desenvolvimento capitalista na agricultura, o que apenas agravou os problemas sociais do campo.

O Atlas da Questão Agrária diz que:

A concentração da terra é uma das características do capitalismo no campo que agrava a questão agrária. Assim, se assumirmos que a propriedade coletiva da terra é uma possibilidade muito remota na conjuntura política do país, deve-se pelo menos tentar atenuar a concentração da terra para que, mesmo com a permanência da propriedade privada, o uso da terra seja mais democrático e menos explorador. (...) a concentração fundiária é a base fundamental dos problemas da questão agrária brasileira e por isso capital e camponato disputam a terra como território e a sua concentração ou distribuição é um indicador da gravidade da questão agrária. (GIRARDI, 2014)

Evidentemente, uma reformulação agrária como suposta solução da questão agrária do país era um conjunto de medidas visto distintamente entre os diversos setores sociais. A reforma agrária, nesse sentido, não é expressão do aperfeiçoamento e elevação do nível tecnológico da economia agrária, pois enquadrada em novos termos: como “elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que não é e está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil” (PRADO JR., 2007, p. 88). Daí compreende-se a ênfase em três linhas de raciocínio: a preocupação da extensão protetora legal ao trabalhador rural, a atenção à desconcentração da propriedade fundiária rural e a utilização da terra.

A modernização da economia agrária não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou de superação efetiva das iniquidades socioeconômicas, culturais e políticas. Com frequência, ela se opera sem afetar profundamente a concentração social da renda e do poder. [...] Ela pode ser manipulada de maneira a incrementar as desigualdades existentes e a aumentar a eficácia dos controles sociais diretos ou indiretos, manejados pelos setores privilegiados do meio rural. [...] Na verdade, as formas extremas de desigualdade socioeconômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução do trabalho não pago, semi pago e pago de modo ultrapassado. (FERNANDES, 2012, p. 188).

Entre 1995 – 1998 a reforma agrária aparecia nos planos do governo Fernando Henrique Cardoso, como forma de desenvolvimento da agricultura familiar, solução do problema da segurança alimentar e redução dos conflitos agrários. Contra as ocupações de latifundiários pelo sem-terra do MST e outras organizações congêneres, Fernando Henrique bradava ter feito a maior reforma agrária do Brasil, porém ao contrário da Europa e dos Estados Unidos, onde a reforma foi feita pelas burguesias nacionais, no Terceiro mundo ela terá que ser conquistada pelos próprios sem terra.

[...] outra questão importante é que, hoje, a reforma agrária não implica apenas o combate à concentração da terra. Ele terá de abranger as formas de sobrevivência do pequeno agricultor em face desse modelo excludente. [...] não há dúvida de que a solução do problema agrário não está simplesmente na distribuição de terras para a massa crescente de trabalhadores rurais sem terra no mundo. Exige-se mudanças profundas nas economias nacionais e o rompimento dos laços de dependência a que os países pobres estão atados. (Morissawa, 2001).

MST NA AMÉRICA LATINA

No final do ano de 1980, próximo à estrada que leva a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo, cidades da região norte do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2010). Nesse contexto, a primeira manifestação de solidariedade internacionalista já marca presença com a visita de dois sindicalistas europeus, da Central Sindical dos Trabalhadores Independentes da França, que visitaram o acampamento em Ronda Alta para conhecer o problema dos agricultores sem-terra do Sul.

Florestan Fernandes em seu texto “Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil”, redigido no ano de 1968, sublinha, antes de qualquer coisa, a importância da economia agrária para a sociedade brasileira:

[...] a economia agrária, de maneiras diversas em diferentes momentos, sempre operou como matriz ou como suporte de dinamismos econômicos, sociais e políticos que alteraram, em sentido progressivo ou revolucionário, a organização da sociedade brasileira. (FERNANDES, 2000).

A importância desse setor como precípua ao desenvolvimento capitalista estaria organicamente atrelada às economias centrais e hegemônicas e, por conta disso, indicaria uma estrutura agrária que “sempre foi parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia” (FERNANDES, 2000, p. 175). Enquanto mais sofisticadas as especializações para solidificar uma modernização tecnológica na agricultura periférica, proporcionalmente mais novas relações de dependência ao capitalismo internacional formavam-se: “aos poucos,

surgiram vários tipos de vínculos heteronômicos, através dos quais a economia agrária evolui na direção do capitalismo moderno, mantendo os laços de dependência diante das economias centrais ou criando novos laços de dependência” (FERNANDES, 2011).

Em 1990 toma força a integração entre os países latino-americanos com a criação do Mercado Comum do Caribe (MCC) em 1992, da evolução do Pacto Andino para a Comunidade Andina e principalmente com a criação, em 1991, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Segundo Nogueira:

Politicamente a assinatura deste instrumento significou um passo para a superação da histórica rivalidade entre os dois gigantes Brasil e Argentina. O peso econômico deste espaço e a vontade política das partes de diversificar e equilibrar as suas relações econômicas exteriores com os EUA, a Europa, a Ásia, a África e a própria América Latina, fizeram com que o MERCOSUL surgisse como o polo mais importante de desenvolvimento econômico e comercial latino-americano. (NOGUEIRA, 2011)

Nota-se que toda essa integração tinha apenas caráter econômico de mercado, sem a preocupação com as diversas questões sociais vivenciadas pelos países latino-americanos, onde a exclusão, a miséria e a desigualdade prevalecem nos interesses políticos governamentais.

Martins (2003, p. 196) ressalta que a internacionalização carrega novidades que não podem ser desconsideradas:

[...] o MST conta com mais de duas dezenas de entidades de apoio no exterior, sobretudo na Europa. Essas entidades aglutinam a favor de sua causa os generosos sentimentos e recursos de setores da classe média europeia. Algo que é, sem dúvida, relativamente novo e muito significativo, especialmente em relação aos trabalhadores rurais do Brasil. Sem contar que o cuidado em estabelecer e administrar essas relações constitui, sem dúvida, a maior das novidades na história do campesinato contemporâneo.

Desse modo o principal elo entre o MST e o exterior foi o Coletivo de relações Internacionais de responsabilidade da coordenação nacional, na busca de projetos voltados para a prática internacionalista, um exemplo de que deu certo é programa de *intercâmbio* promovido pelo MST e espalhado por diversos países.

Via Campesina e o MST

A Via Campesina foi fundada em abril de 1992, a partir de reunião realizada em Manágua, Nicarágua no Congresso pela União Nacional dos Agricultores de Grãos (UNAG). Em maio de 1993, essa organização realizou em Mons/Bélgica sua primeira conferência, onde foi constituída como organização mundial. Também constitui nessa ocasião sua estrutura, pauta de estratégias de luta. A Segunda Conferência

Internacional teve lugar em Tlaxcala, México, em abril de 1996, aonde participaram 69 organizações de 37 países, para analisar as temáticas importantes para os pequenos e médios produtores, tais como: soberania alimentar, reforma agrária, créditos, dívida externa, tecnologia, participação das mulheres e desenvolvimento rural, dentre outros temas. No Brasil, participam desse movimento o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Movimento das Mulheres Camponesas - MMC. (Via Campesina, 2012).

A Via Campesina é um movimento coletivo internacional que coordena organizações camponesas, pequenos e médios produtores, organizações rurais de mulheres, comunidades indígenas organizações de Sem Terra, organizações da Juventude rural e trabalhadores agrícolas migrantes. (Via Campesina, 2012).

O principal objetivo da Via Campesina é:

Desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade entre as organizações membros, para promover relações econômicas de igualdade, de paridade de gênero, e de justiça social, a preservação e conquista da terra, da água, das sementes e outros recursos naturais, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala. (VIEIRA, 2012).

Essa organização em meados de 1996 estava em processo de consolidação, colocando-se como um movimento pluralista, democrático e multicultural. A partir das conferências regionais realizadas de quatro em quatro anos ela montou sua estrutura s organizações regionais. Localiza-se em uma ampla área geográfica o que lhe confere a condição de movimento social mais representativo do campesinato do mundo atual. Seu objetivo principal é, em linhas gerais, desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade das organizações camponesas e indígenas, para promover as relações econômicas de igualdade e justiça social, a preservação da terra, à soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e a igualdade baseada na produção de pequena e média escala.

[...] Via Campesina se revelou como um ator principal nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo que, entre outras coisas, exigem responsabilidades das agências intergovernamentais, enfrenta e se opõem ao controle corporativo sobre os recursos naturais e a tecnologia, e defendem a soberania alimentar. (Via Campesina, 2012).

A vinculação ao movimento internacional permite a participação do MST nas ações e debates sobre as questões mais amplas que afetam tanto o campesinato e as comunidades indígenas, quanto as diferentes sociedades em diferentes lugares do

mundo. Já para a Via Campesina permite intervenções locais, regionais, cujas intensas variações determinam a imbricação do local e global. O lugar se recria a partir da articulação do movimento local ao mundial. As lutas se definem em cada lugar segundo as formas e os ritmos próprios dos movimentos sociais e das ações políticas criadas pelos sujeitos a partir de suas realidades e demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os demais movimentos sociais, vem marcando a história desse país com suas lutas em busca de melhorias quanto às desigualdades de terras, com a política fundiária, que limitou a expansão das pequenas propriedades rurais.

Os movimentos sociais trabalham o exercício à cidadania através da democracia direta, na busca de melhorias sociais através de manifestações em torno das necessidades e direitos muitas vezes negados a população.

Diante dos objetivos desse trabalho que era analisar a história do MST e dos movimentos sociais. De identificar a relevância da Via Campesina e os movimentos, bem como buscar entender a influência do MST na América Latina. Tendo como hipóteses que o MST não sofre tanta influência internacional, como a qual ele exerce em outros países, foram todos alcançados.

Observou-se que o MST é um movimento “de Massa”, determinado, organizado que tem poder político, visão estratégica, ideologia própria, oposição sistemática ao governo. Tem seu projeto socialista que é o que conduz esse movimento, objetivando formar trabalhadores críticos e políticos, com participação ativa nas lutas. O MST não deixa desamparado nenhum dos seus tanto em idade escolar como em cursos de formação, sempre trabalhando suas estratégias de lutas e organizações para engajamento político.

O MST na sua ânsia de conquistar mais espaço político e social intensificou suas relações, tanto público quanto privado, e acabou conquistando territórios internacionais e influências de destaque na mídia e em estudo para muitos processos dessa área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. Recife: Editora Universitária, 1998.

BARROS, C. F. R. MST: história, luta e perspectivas – **Revista História Agrária**. Nº06. 2007.

CENTENARO, A. E. M. **A importância da mística na construção do MST**. 2012.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Para entender as ações dos movimentos sociais no campo brasileiro**. São Paulo, editora contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000

FEIX, P. J. **Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: Estudo de caso na região de Rondonópolis - MT**. 2001. Dissertação de Mestrado / Campinas, SP: 2001.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/atlas>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. 1. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Movimentos Sociais urbanos no Brasil: manifestações concretas. In: ____ **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 53-68.

MARQUES, Marta Inêz Medeiros. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.184-196, set. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedioao/lr184-196.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MEDEIROS, Leonice et al. (orgs). Reassentamentos de atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994. p. 157-183.

MORISSAWA, Mitsue. Um grande movimento em gestação. In: ____ **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST A reforma agrária e a sociedade brasileira. São Paulo: MST, 1996. MST Mapa do site do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Disponível em <<http://www.mst.org.br/mst/> 2006.> Acesso em 10 fev. 2014.

NOGUEIRA, A. P. F. **A luta dos movimentos sociais do Campo a América Latina pelo acesso à Educação: uma questão de autonomia**. Revista Pegada. Vol. 12, nº 2. 2011.

OLIVEIRA, A. U. As abordagens teóricas da agricultura [...]. In: ____ **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo. São Paulo: Ática, 1986. p. 6-27.

Revista eletrônica MST. **Via Campesina faz mobilizações contra o capitalismo verde**. De 14 de junho de 2012. Disponível em <<http://www.mst.org.br/content/campesina-se-mobiliza-no-rio-de-janeiro-contra-o-capitalismo-verde>>. Acesso em 03 mar. 2014.

RUBBO, D. I. A. **Campesinos cosmopolitas: um estudo de caso sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina**. São Paulo. 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMONETTI, MIRIAN C. L. **A longa caminhada – a reconstrução do território camponês em Promissão**. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo. 1999.

_____. **Entre o local e global: o movimento dos sem terra Via Campesina**. 2006.

TOURAINÉ, A – Os movimentos sociais. In: FORACHI, M, M (org.) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

SORJ, B. **A Reforma Agrária em tempos de democracia e globalização**. Novos estudos. CEBRAP, 1998.

VIA CAMPESINA. **Memoria de la II Conferência Internacional de la Via Campesina**. Tlaxcala, 1996.

_____. **La voz de los campesinos e de las campesinas del mundo**. Folder de divulgação, julho de 2007.

VIEIRA, Flávia Vieira. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Revista Nera. 2012.